

Município de Sete de Setembro/RS
Exercício 2018

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Receitas		Despesas			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 – Receitas Correntes Intraorçamentárias	R\$ 745.172,64	3.0.91.00.00 – Despesas Correntes Intraorçamentárias	R\$ 744.826,79	R\$ 744.826,79	R\$ 744.826,79
8.0.0.0.00.00 – Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	4.0.91.00.00 – Despesas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-
TOTAL	R\$ 745.172,64	TOTAL	R\$ 744.826,79	R\$ 744.826,79	R\$ 744.826,79

Nota 4 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 2.241.165,77. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$ 6.459,71
- Deduções de receita por restituições	R\$ 3.380,00
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$ 6.046,37
- Deduções de receita por compensação	R\$ -
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$ 2.052.268,91
- Deduções de receita por retificações	R\$ -
- Outras Deduções de receita	R\$ 173.010,78
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$ 2.241.165,77

Nota 5 - Repasses Concedidos: de acordo com a Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos da Administração Indireta, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas

foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasse concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 571.801,15
Total dos repasses concedidos	R\$ 571.801,15

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2018 como fonte de abertura para créditos adicionais. O total utilizado (R\$ 268.731,43) contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada:

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro apurado em 31/12/2017	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais
0001 – Recursos Livres	R\$ 234.520,23	R\$ 130.400,00
0040 – ASPS	R\$ 13.433,05	R\$ 100.000,00
1007 – Merenda Escolar PNAE União	R\$ 3.321,78	R\$ 3.300,00
1064 – Transporte Escolar da União	R\$ 1.292,11	R\$ 1.290,00
1065 – Salário Educação União	R\$ 14.282,84	R\$ 14.000,00
1116 – Alienação de Bens LIVRE	R\$ 2.247,28	R\$ 4.050,00
1144 – Projeto Acordo MPF	R\$ 2.247,28	R\$ 2.020,00
4050 – Farmácia Básica Estadual	R\$ 439,43	R\$ 439,43
4090 – ESF – Estado	R\$ 4.195,13	R\$ 4.195,00
4520 – PAB Variável	R\$ 5.576,71	R\$ 5.500,00
4710 – Vigilância em Saúde	R\$ 12.126,77	R\$ 2.500,00
4770 – Farmácia Básica Fixa	R\$ 1.037,00	R\$ 1.037,00
TOTAIS		R\$ 268.731,43

Nota 7 – Créditos Adicionais Reabertos: de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2018 não houve a reabertura de créditos especiais.

Nota 8 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2018, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2018** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 10.436,03
9.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ -
9.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	R\$ -
9.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS NÃO VINCULADOS	R\$ -
9.1.3.2.1.00.4.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 173.010,78
9.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 4.626,78
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	R\$ 1.482.671,39
9. 1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	R\$ 1.018,03
9. 1.7.1.8.06.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	R\$ 2.920,45
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	R\$ 529.933,17
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	R\$ 25.364,37
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	R\$ 8.201,32
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00 - (R) Dedução de Outras Receitas Correntes	R\$ 2.983,45
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$ 2.241.165,77

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Calha observar que, de acordo com o disposto na Resolução nº 1.089/2018, do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 04/2018, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2018, 26,34% da receita resultante de impostos e transferências.

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 17,69% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Nota 4 -Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS: os valores informados nessas linhas se referem as receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta dos recursos que, nos termos da Lei Municipal nº 525/2006 são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, conforme o seguinte detalhamento.

Receitas Previdenciárias		Despesas Previdenciárias	
Especificação	Valor arrecadado	Especificação	Valor empenhado
Contribuições dos Segurados	R\$ 425.746,80	Aposentadorias	R\$ 589.774,94
Contribuições Patronais	R\$ 745.119,96	Pensões	R\$ 56.428,47
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	R\$ 27.849,63	Outros Benefícios Previdenciários (salário família, salario maternidade, auxílio doença)	R\$ 72.267,06
Rendimentos das Aplicações do RPPS (valor líquido)	R\$ 1.063,571,47	Compensação Previdenciária	-
Outras receitas previdenciárias	R\$ 144,72	Sentenças Judiciais	-
		Despesas Administrativas do RPPS	R\$ 29.305,69
Total das Receitas Previdenciárias	R\$ 2.262.432,58	Total das Despesas Previdenciárias	R\$ 747.776,16

Nota 5 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação **ocorrida no exercício financeiro de 2018:**

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	R\$ 41.967,51	
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	R\$ 110.753,24	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		R\$ 0,00
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		R\$ 0,00
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.3.8.1.08.00 - - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	R\$ 63,42	R\$ 63,42
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	R\$ 0,00	
2.1.8.8.1.01.00 - CONSIGNACOES	R\$ 1.494.266,40	R\$ 1.455.360,22
.	.	
Outros recebimentos extraorçamentários	R\$ 0,00	
Outros pagamentos extraorçamentários		R\$ 0,00
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários		

Nota 6 –Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5 e 6.

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Sete de Setembro, pessoa jurídica de direito público, é compreendido pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por seis Secretarias Municipais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2018, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 2.175.248,86. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 213,98%.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por créditos tributários, dívida ativa de curto prazo, empréstimos e financiamentos concedidos e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante. O restante, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas **redutoras do ativo**.

Nota 5 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2018, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 166.829,06, sofrendo um decréscimo de 23,14% em relação ao ano de 2017.

Nota 6 – Imobilizado – Bens Móveis: o Município de Sete de Setembro ainda não realiza a contabilização da depreciação, por motivo de informações imprecisas do Setor de Patrimônio, o qual está fazendo, primeiramente, a Reavaliação dos Bens. Em 2018 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 6.256.556,67, representando 76,14% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um decréscimo de R\$ 120.490,80.

Nota 7 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Os bens imóveis contribuíram com 23,86% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se inalterância de valores.

Nota 8 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	-	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	-
2.1.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-	2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 20.347,81	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-
Total a Curto Prazo	R\$ 20.347,81	Total a Longo Prazo	-

Nota 9 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2018, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos. Em relação ao ano anterior apresentou uma variação negativa.

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-	2.2.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	-
2.1.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	-	2.2.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	-
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	R\$ 166.249,95
2.1.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	-	2.2.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	-
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	-
2.1.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	-	2.2.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	-
2.1.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	-	2.2.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	-
2.1.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	-	2.2.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	-
Total a Curto Prazo	-	Total a Longo Prazo	R\$ 166.249,95

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e

também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 34.401,27.

Nota 11 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 9.402,03, sendo em suma, Contribuição ao PASEP.

Nota 12 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 10,42% em relação ao ano de 2017.

Márcio Politowski
Prefeito Municipal

Ana Maria Steinke
Contadora
CRC/RS 81.433-O/6